

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N° 022

Período: de 02/03/02 a 08/03/02

Franca – Brasil

- 1 - Forças Armadas discutem crise na indústria bélica brasileira
- 2 - Navegação aumenta fiscalização de areeiros
- 3 - Corveta Bahiana é retirada de serviço
- 4 - Adiada ida do Exército a área de São Paulo atingida pela dengue
- 5 - Índios brasileiros se dizem ameaçados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e Exército investiga acontecimentos na região da fronteira com a Colômbia
- 6 – Governo Federal vai liberar R\$ 600 milhões para o Exército
- 7 - Consórcio internacional se alia a indústria brasileira para disputar concorrência de compra de aviões para FAB
- 8 - Ministro da Defesa afirmou que não pretende intervir no caso Transbrasil

Forças Armadas discutem crise na indústria bélica brasileira

O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, reuniu-se nesta semana com cerca de duzentos empresários da indústria bélica e com a cúpula das Forças Armadas para discutir a necessidade de incentivo ao setor. Foram discutidas também as dificuldades que estão enfrentando devido a sobretaxação em 150% nas exportações de armas e munições para países da América do Sul, América Central e Caribe. Esta sobretaxa foi adotada como uma das medidas de combate à criminalidade, já que setores do Ministério da Justiça entenderam que as armas exportadas voltavam ao Brasil de forma ilegal, principalmente via Paraguai, alimentando a violência. Esta sobretaxa causou diminuição nas exportações e abriu espaço para entrada de armas estrangeiras no país, além de não atingir seu objetivo, uma vez que as armas continuaram entrando no país ilicitamente. O general Joelcio Silveira, secretário de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa, observou que se as indústrias de material bélico forem fortes e capazes, o Brasil alcançará a independência neste setor, o que constitui algo de extrema importância no que tange à estratégia. (O Estado de S. Paulo- Política- 03/03/02)

Navegação aumenta fiscalização de areeiros

Com a recente regulamentação da chamada Lei do Óleo, a Marinha pode agora aplicar multas de até R\$ 50 milhões a quem prejudicar o ambiente ao navegar. O objetivo é alertar como a Marinha atuará neste ano em relação à inspeção naval, especialmente após a regulamentação da Lei 9.966 – a Lei do Óleo –, que estabelece normas sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nas águas. As multas por derramamento de óleo podem chegar a R\$ 50 milhões. (Zero Hora - Geral -05/03/02)

Corveta Bahiana é retirada de serviço

A corveta Bahiana foi retirada nesta semana do serviço na Base Naval do Rio de Janeiro. Pertencente à classe Imperial Marinheiro, foi incorporada à Marinha brasileira em julho de 1955. (Zero Hora -Informe Especial -05/03/02)

Adiada ida do Exército a área de São Paulo atingida pela dengue

A Baixada Santista e a região de Campinas, áreas do Estado de São Paulo que concentram a maioria dos casos de dengue, ainda não receberam o reforço integral do Exército no combate à doença. Segundo José Antônio de Resende da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), seria preciso uma análise técnica para apurar a quantidade de homens necessários à operação. O Exército disponibilizará até mil homens; no Estado de São Paulo, a operação contará com 1.300 militares do Exército e da Marinha. Na capital paulista, cerca de 200 homens do Exército começaram nesta quinta-feira a auxiliar agentes de saúde municipais nas visitas pelas residências à procura de focos do mosquito transmissor da doença, o *Aedes aegypti*, bem como na informação da população sobre os cuidados na prevenção e combate à dengue. Os militares estão recebendo treinamento inclusive dentro de seus próprios quartéis, onde fazem o trabalho de prevenção e combate a focos criadores do *Aedes*, para aplica-los em suas próprias residências e no trabalho junto à comunidade. (Folha de S. Paulo -Cotidiano- 05/03/02; O Estado de S. Paulo – Geral - 06/03/02; O Estado de S.Paulo – Geral – 08/03/02).

Índios brasileiros se dizem ameaçados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e Exército investiga acontecimentos na região da fronteira com a Colômbia

Um grupo de 197 índios brasileiros da etnia macu buscou refúgio em um posto do Exército no Estado do Amazonas. Em nota oficial, o Centro de Comunicação Social do Exército confirmou que, no dia 26 de fevereiro, uma embarcação civil ocupada por cinco pessoas tentou fugir da fiscalização no rio Apáporis, e foi abatido por soldados do 3º Pelotão Especial de Fronteira. O Comando Militar da Amazônia está procurando pelo barco no fundo do Rio Japurá, na fronteira com a Colômbia. Nenhum dos cinco homens que ocupavam a embarcação foi encontrado. O Ministério da Defesa brasileiro não descarta a hipótese de se trate de guerrilheiros colombianos, mas acredita também que pode tratar-se de traficantes, contrabandistas ou garimpeiros que agem ilegalmente na região. A embarcação, ao entrar em águas brasileiras, resistiu à ação de fiscalização realizada no posto de controle do Exército, disparando contra os soldados brasileiros, que revidaram. O Exército alega que os soldados agiram em conformidade com as normas. Inquéritos militares apuram os casos. Sobre os macus, o Comando Militar da Amazônia afirmou que não iria se pronunciar. O Brasil tem uma posição crítica em relação ao Plano Colômbia de combate ao narcotráfico, que recebe ajuda financeira e militar dos EUA, e não faz parte do grupo de dez países "facilitadores" do processo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que é formado por diplomatas de Cuba, Canadá, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela. Esse foi o terceiro incidente entre brasileiros e colombianos desde a ofensiva militar colombiana para reocupar a zona desmilitarizada. (Folha de S. Paulo- Mundoonline -06/03/02; Zero Hora -Últimas- 06/03/02; O Estado de S.Paulo – Internacional – 08/03/02; Jornal do Brasil – Internacional – 08/03/02).

Governo Federal vai liberar R\$ 600 milhões para o Exército

O governo federal deverá liberar mais de R\$ 600 milhões ainda este ano para reequipar as Forças Armadas visando atender aos pedidos de crédito suplementar que serão encaminhados ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Ministro da Defesa, Geraldo Quintão. A solicitação de R\$ 200 milhões para o programa de revitalização do Exército já foi enviada e, segundo a assessoria do ministério, deverá priorizar a compra de equipamentos de comunicação, radares, mísseis e veículos blindados. Outros R\$ 400 milhões serão divididos entre Marinha e Aeronáutica. O projeto de reequipamento do Exército ocorreu ontem, em S.Paulo, durante o 1º Encontro de Logística Militar, que contou com o apoio do Ministério da Defesa. No evento, Quintão afirmou a necessidade de racionalizar a compra de equipamentos das três forças, integrando-as, bem como integrar o governo, a indústria bélica nacional e as universidades, apontando a indissociabilidade das Forças Armadas da produção do conhecimento científico e a atividade industrial. (O Estado de S.Paulo – Política – 08/03/02).

Consórcio internacional se alia a indústria brasileira para disputar concorrência de compra de aviões para FAB

A Gripen Internacional, consórcio de capital sueco e britânico que disputa a concorrência internacional de R\$ 700 milhões para a compra de 24 novos caças supersônicos para a Força Aérea Brasileira (FAB) anunciou ontem um acordo para transferência de tecnologia, apoio logístico e manutenção de aeronaves assinado com a Varig Engenharia e Manutenção, subsidiária da empresa brasileira. A Ministra do Comércio do Reino Unido, Elizabeth Symons, anunciou a nova parceria, quando esteve no Brasil para promover o comércio entre os dois países. O vice-presidente da Gripen, Owe Wagermark, afirmou que não está preocupado com a parceria entre a brasileira Embraer e a francesa Dassault, que também estão disputando a licitação. Ele afirmou ainda que a empresa está preparada para transferir tecnologia do seu caça supersônico. (O Estado de S.Paulo – Política – 08/03/02).

Ministro da Defesa afirmou que não pretende intervir no caso Transbrasil

O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, afirmou ontem que o governo não deverá intervir na empresa de aviação Transbrasil, em processo de liquidação, e que há três meses não realiza vôos e desde outubro não paga seus funcionários. Segundo Quintão, o mercado deverá dar as regras para o desfecho do caso, e o governo não deve intervir quando ocorre o insucesso de empresários. (O Estado de S.Paulo – Economia – 08/03/02).

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correiobraziliense.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Carolina Feccini Gaona e Érica Winand, bolsistas CNPq/Pibiq e Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.